



**Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2017
Prova A1**

Parte I – Prova Objetiva

1. Não é uma condição de elegibilidade:

- a) filiação partidária.
- b) ser brasileiro nato.
- c) possuir domicílio eleitoral na circunscrição.
- d) alistamento eleitoral.

2. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) em nenhuma hipótese a pena de morte poderá ser aplicada no Brasil.
- b) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão em quaisquer circunstâncias.
- c) a prática de racismo constitui crime afiançável e imprescritível.
- d) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

3. De acordo com o caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deve reger-se, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) economicidade, qualidade, eficiência e moralidade
- c) moralidade, impessoalidade, qualidade e economicidade
- d) vinculação ao edital, pessoalidade e legalidade

4. Assinale a alternativa incorreta:

- a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou decreto
- b) ninguém será compelido a associar-se ou manter-se associado
- c) é garantido o direito de propriedade
- d) é assegurado a todos o acesso à informação

5. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade na administração e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- b) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

- c) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.
- d) nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será submetido a julgamento se a acusação for admitida por dois terços dos membros do Senado Federal.

6. Não são direitos sociais na forma do disposto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

- a) a educação e a segurança.
- b) a saúde e o lazer.
- c) a assistência aos desamparados e a proteção à infância.
- d) a livre concorrência e a propriedade privada.

7. Não se inclui na competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal a edição de lei sobre:

- a) trânsito e transporte.
- b) orçamento.
- c) direito tributário e financeiro.
- d) educação, cultura, ensino e desporto.

8. O inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal (LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória) consagra o princípio da:

- a) ampla defesa
- b) juiz natural
- c) devido processo legal
- d) presunção de inocência

9. Conceder-se-á mandado de segurança, nos termos da CF/88, para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público cometer:

- a) desvio de poder e ilegalidade.
- b) ilicitude e desvio de poder.
- c) ilegalidade e ilicitude.
- d) ilegalidade e abuso de poder

10. O mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical;
- c) associação legalmente constituída independentemente do prazo de funcionamento
- d) entidade de classe.

11. Não é requisito para a suspensão da pena, nos termos do art. 77 do Código Penal:

- a) a pena igual ou inferior a 2 anos.
- b) condenado não reincidente em delito da mesma espécie.
- c) não cabimento da substituição da pena por restritivas de direitos.
- d) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente e os motivos e as circunstâncias do crime autorizem a concessão do benefício.

12. Norma penal em branco é:

- a) a lei penal que depende da definição do juiz no caso concreto.
- b) a lei penal que depende de ato normativo para sua complementação.
- c) a lei penal inconstitucional.
- d) a lei penal que não comina pena de prisão.

13. Considere o texto do parágrafo 1º do art. 20 do Código Penal: "É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima." O instituto descrito no artigo acima é intitulado:

- a) crime impróprio.
- b) quase delito.
- c) discriminante putativa.
- d) escusa absolutória.

14. Acerca das disposições sobre imputabilidade no Código Penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis.
- b) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos não excluem imputabilidade penal.
- c) A emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- d) Terá a pena diminuída o agente que, por doença mental, era, ao tempo da ação inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

15. Assinale a alternativa correta acerca da ação penal privada personalíssima:

- a) é aquela que pode ser proposta pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.
- b) é aquela que pode ser proposta pelo Ministério Público e pelo ofendido.

c) somente pode ser proposta pelo Ministério Público mediante requisição do ofendido.

d) é aquela em que somente o ofendido pode propô-la.

16. Quando há a prática de uma conduta dolosa, menos grave, mas ocorre um resultado danoso mais gravoso do que o pretendido, na forma culposa, o agente age com:

- a) preterdolo
- b) dolo
- c) culpa
- d) dolo eventual

17. Diz-se que a ação penal é _____ quando o Ministério Público pode iniciá-la sem qualquer condição. Neste caso, se o Ministério Público, por desídia, não intentar a ação penal no prazo legal, poderá o particular intentar _____.

- a) "pública" e "ação penal privada propriamente dita"
- b) "privada" e "ação penal privada subsidiária da pública"
- c) "pública" e "ação penal privada subsidiária da pública"
- d) "pública" subsidiária da privada" e "ação penal privada"

18. Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição prevê hipótese em que a lei penal pode retroagir: quando beneficia o réu;
- b) A lei pode prever casos especiais em que a pena pode atingir também parentes próximos do condenado;
- c) O princípio da individualização da pena não é aplicado para crimes considerados hediondos;
- d) O princípio da dignidade humana não é aplicável para condenados a crimes hediondos e equiparados a hediondos.

19. De acordo com o Código Penal, não é causa de exclusão de ilicitude:

- a) O erro de fato.
- b) A legítima defesa.
- c) O estado de necessidade.
- d) O estrito cumprimento do dever legal.

20. Sobre o crime culposo, assinale a alternativa incorreta:

- a) o Código Penal considera culposo o crime quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
- c) O nexu causal é um dos elementos do fato típico do crime culposo.
- d) A conduta culposa pode ser punida mesmo

que não haja expressa previsão legal.

21. Sobre as disposições de responsabilidade civil no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) O absolutamente incapaz não responde pelos prejuízos que causar, recaindo sempre sobre os responsáveis a obrigação de indenizar.
- b) O empregador não pode ser responsabilizado por atos de seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, se estes forem maiores e capazes.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) O dono de edifício ou construção responde sempre pelos danos que resultarem de sua ruína.

22. Sobre a vigência da lei, é incorreto afirmar que:

- a) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, uma Lei muito antiga deixa de ter vigência em razão do decurso do tempo.
- b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- c) Se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

23. Considere o seguinte trecho:
"_____ a aplicação de uma norma próxima ou de um conjunto de normas próximas, não havendo uma norma prevista para um determinado caso concreto." (TAR-
TUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Forense. 2016 p. 23, adaptado).

O espaço inicial pode ser corretamente preenchido por:

- a) a equidade é.
- b) a analogia é.
- c) a subsunção é.
- d) a integração é.

24. Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) O silêncio nunca importa anuência.
- b) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, mas a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- c) Os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido constituem atos ilícitos, mas a indenização a eles referente é substancialmente diminuída.

d) Pelo princípio da proteção dos incapazes, o menor, entre dezesseis e dezoito anos, pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, mesmo se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte.

25. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- a) somente as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) somente as assertivas II e III estão corretas.
 - c) todas as assertivas estão corretas.
 - d) Nenhuma assertiva está correta
- I. O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição.
II. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
III. Não mais é possível às partes alegarem a prescrição em sede de apelação.
IV. A renúncia da prescrição pode ocorrer, mas deve ser expressa, já que o Código Civil não reconhece a renúncia tácita da prescrição.

26. Sobre a ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, assinale a alternativa correta:

- a) Somente a incompetência absoluta pode ser alegada como preliminar da contestação.
- b) A incompetência relativa só pode ser arguida por meio de exceção.
- c) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, mas só a incompetência relativa pode ser conhecida de ofício.

27. A autoridade judiciária brasileira tem competência para:

- a) Processar e julgar as ações em que o réu, ainda que estrangeiro, esteja domiciliado no País.
- b) Processar e julgar as ações em que a obrigação deva ser cumprida no estrangeiro.
- c) Processar e julgar as ações cujo fundamento decorra de ato ou fato praticado tanto no Brasil quanto no estrangeiro.
- d) Processar e julgar as ações de alimentos internacionais mesmo que credor e devedor não tenham domicílio ou residência no Brasil.

28. Quanto à revelia, é correto afirmar que reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor:

- a) se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar.
- b) se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- c) se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considere indispensável.
- d) se o réu não contestar a ação.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) Há litispendência quando se repete ação já julgada.

- b) Há coisa julgada quando se repete ação que está em curso.
- c) O juiz conhecerá de ofício da incompetência absoluta e da relativa.
- d) Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

30. Para propor ação é necessário:

- a) Ter direito líquido e certo.
- b) Ter interesse e legitimidade.
- c) Ter interesse, legitimidade e competência.
- d) Ter inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

31. De acordo com a Constituição Federal é permitido ao membro do Ministério Público:

- a) exercer a advocacia;
- b) exercer atividade político-partidária;
- c) receber, a qualquer título e qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- d) exercer uma função de magistério.

32. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público da União não abrange:

- a) o Ministério Público do Trabalho;
- b) o Ministério Público dos Estados;
- c) o Ministério Público Federal;

- d) o Ministério Público Militar.

33. Não constitui prerrogativa processual dos membros do Ministério Público da União:

- a) o direito de serem ouvidos, como testemunhas, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou autoridade competente;
- b) receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que oficiar;
- c) o direito de ser recolhido em dependência prisional separada.
- d) o direito de não ser preso preventivamente.

34. Não consta dentre as funções institucionais do Ministério Público dispostas na Constituição Federal:

- a) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- b) exercer o controle externo da atividade policial;
- c) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- d) a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Gabarito A1

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E	
01		■				B	19	■				A
02				■		D	20			■		D
03	■					A	21		■			C
04	■					A	22	■				A
05				■		D	23		■			B
06				■		D	24		■			B
07	■					A	25			■		D
08				■		D	26		■			C
09				■		D	27	■				A
10			■			C	28			■		D
11		■				B	29			■		D
12		■				B	30		■			B
13			■			C	31			■		D
14				■		D	32		■			B
15				■		D	33			■		D
16	■					A	34			■		D
17			■			C	35					
18	■					A						